

anterior, ela suprime o *trabalho*<sup>25</sup> e extingue a dominação de todas as classes abolindo as próprias classes, porque ela é efetuada pela classe que não é mais considerada como uma classe na sociedade, que não é mais reconhecida como tal, e que já é a expressão da dissolução de todas as classes, de todas as nacionalidades etc., no quadro da sociedade atual. 4. Uma ampla transformação dos homens se faz necessária para a criação em massa dessa consciência comunista, como também para levar a bom termo a própria coisa; ora, uma tal transformação só se pode operar por um movimento prático, por uma *revolução*; esta revolução não se faz somente necessária, portanto, só por ser o único meio de derrubar a classe *dominante*, ela é igualmente necessária porque somente uma revolução permitirá que a classe *que derruba a outra* varra toda a podridão do velho sistema e se torne apta a fundar a sociedade sobre bases novas<sup>26</sup>.

### **C. COMUNISMO – PRODUÇÃO DO PRÓPRIO MODO DE TROCAS**

O comunismo distingue-se de todos os movimentos que o antecederam até agora pelo fato de subverter as bases de todas as relações de produção e de trocas anteriores e de, pela primeira vez, tratar conscientemente todas as condições naturais prévias como criações dos homens que nos precederam até agora, de despojá-las do seu caráter natural e submetê-las ao poder dos indivíduos reunidos<sup>1</sup>. Por isso sua organização é essencialmente econômica, é a criação material das condições dessa união; faz das condições existentes as condições da união. O estado de coisas criado pelo comunismo constitui precisamente a base real que torna impossível tudo o que existe independentemente dos indivíduos – na medida, porém, em que esse estado de coisas existente é pura e simplesmente um produto das relações anteriores dos indivíduos entre si. Na prática, os comunistas tratam pois as condições criadas pela produção e o comércio antes deles como fatores inorgânicos, mas nem por isso imaginam que o plano ou a razão de ser das gerações

anteriores tenham sido de lhes fornecer materiais, e não acreditam que essas condições tenham sido inorgânicas aos olhos daqueles que as criavam. A diferença entre o indivíduo pessoal e o indivíduo contingente não é uma distinção do conceito, mas sim um fato histórico. Essa distinção tem um sentido diferente em épocas diferentes: por exemplo, o estamento [enquanto contingência] para o indivíduo do século XVIII, e a família também *plus ou moins*<sup>2</sup>. É uma distinção que nós não precisamos fazer para cada época, mas que cada época faz por si mesma entre os diferentes elementos que ela encontra ao chegar, e isso não segundo um conceito, mas sob a pressão dos conflitos materiais da vida. O que aparece como contingente na época posterior, por oposição à época anterior, mesmo entre os elementos herdados dessa época anterior, é um modo de trocas que correspondia a um desenvolvimento determinado das forças produtivas. A relação entre forças produtivas e forma das trocas é a relação entre o modo das trocas e a ação ou a atividade dos indivíduos. (A forma fundamental dessa atividade é naturalmente a forma material de que depende qualquer outra forma intelectual, política, religiosa etc. Evidentemente, a forma diferente que a vida material assume é cada vez mais dependente das necessidades já desenvolvidas, e a produção dessas necessidades, exatamente como sua satisfação, é ela própria um processo histórico que nunca encontraremos em um carneiro ou em um cachorro [argumento capital de Stirner *adversus hominem*<sup>3</sup>, de arrepiar os cabelos] embora carneiros e cachorros, sob sua forma atual, sejam, porém *malgré eux*<sup>4</sup>, produtos de um processo histórico.) Como a contradição não apareceu, as condições nas quais os indivíduos en-

tram em relações entre si são condições inerentes à sua individualidade; não lhes são de maneira alguma exteriores e únicas; elas permitem que esses indivíduos determinados, e existindo em condições determinadas, produzam sua vida material e tudo o que disso decorre; são portanto condições de sua afirmação ativa de si e são produzidas por essa afirmação de si<sup>5</sup>. Conseqüentemente, como a contradição ainda não surgiu, as condições determinadas, nas quais os indivíduos produzem, correspondem portanto à sua limitação efetiva, à sua existência limitada, cujo caráter limitado só se revela com o aparecimento da contradição e existe, por isso mesmo, para a geração posterior. Então, essa condição surge como um entrave acidental, então atribui-se também à época anterior a consciência de que ela era um entrave.

Essas diferentes condições, que aparecem primeiro como condições da manifestação de si, e mais tarde como entraves desta, formam em toda a evolução histórica uma seqüência coerente de modos de trocas cuja ligação consiste no fato de se substituir a forma de trocas anterior, que se tornou entrave, por uma nova forma que corresponde às forças produtivas mais desenvolvidas, e, por isso mesmo, ao modo mais aperfeiçoado da atividade dos indivíduos, forma que *à son tour*<sup>6</sup> torna-se um entrave e se vê então substituída por uma outra. Como a cada estágio essas condições correspondem ao desenvolvimento simultâneo das forças produtivas, sua história é ao mesmo tempo a história das forças produtivas que se desenvolvem e são retomadas por cada geração nova e é também a história do desenvolvimento das forças dos próprios indivíduos.

Esse desenvolvimento produzindo-se naturalmente, isto é, não estando subordinado a um plano de conjunto estabelecido por indivíduos livremente associados, parte de localidades diferentes, de tribos, de nações, de ramos de trabalho diferentes etc., cada um dos quais se desenvolve primeiro independentemente dos outros e só pouco a pouco entra em ligação com os outros. Além disso, ele só se processa muito lentamente; os diferentes estágios e interesses nunca são completamente ultrapassados, mas somente subordinados ao interesse que triunfa e durante séculos eles se arrastam a seu lado. Disso resulta que, no âmbito da mesma nação, os indivíduos têm desenvolvimentos completamente diferentes, mesmo sem considerar suas condições financeiras, e resulta igualmente que um interesse anterior, cujo modo de troca particular de relações já está suplantado por um outro, correspondente a um interesse posterior, fica muito tempo ainda em poder de uma força tradicional na comunidade aparente e que se tornou autônoma face aos indivíduos (Estado, direito); somente uma revolução é, em última instância, capaz de romper esse sistema. É o que explica igualmente por que razão, quando se trata de pontos singulares, que permitem uma síntese mais geral, a consciência pode parecer às vezes antecipar-se às relações empíricas contemporâneas, tanto que nas lutas de um período posterior é possível apoiar-se em teóricos anteriores como sendo uma autoridade.

Por outro lado, em países como a América do Norte, que começam a existir em um período histórico há muito desenvolvido, o desenvolvimento se faz com rapidez. Tais países só têm como condição natural prévia os indivíduos que neles se estabelecem e que para lá são leva-

dos pelos modos de trocas dos antigos países, modos esses que não correspondem mais às suas necessidades. Esses países começam portanto com os indivíduos mais evoluídos do Velho Mundo, e por isso com a forma de trocas mais desenvolvida correspondente a esses indivíduos, antes mesmo que esse sistema de trocas tenha podido impor-se nos antigos países<sup>7</sup>. É o que acontece em todas as colônias na medida em que não sejam simples bases militares ou comerciais. Exemplos disso são Cartago, as colônias gregas e a Islândia nos séculos XI e XII. Um caso análogo se apresenta na conquista, quando se traz pronto para o país conquistado o modo de trocas que se desenvolveu em uma outra terra; em seu país de origem, essa forma estava ainda sobrecarregada pelos interesses e pelas condições de vida das épocas anteriores, mas aqui, ao contrário, ela pode e deve implantar-se totalmente e sem entraves, nem que seja apenas para garantir um poder durável ao conquistador. (A Inglaterra e Nápoles, após a conquista normanda, na qual conheceram a forma mais aperfeiçoada da organização feudal.)

Portanto, segundo a nossa concepção, todos os conflitos da história têm sua origem na contradição entre as forças produtivas e o modo das trocas. Não é necessário, aliás, que em um país essa contradição seja levada ao extremo para provocar conflito nesse mesmo país. A concorrência com países cuja indústria é mais desenvolvida, concorrência essa provocada pela expansão do comércio internacional, basta para engendrar uma contradição desse tipo, mesmo nos países cuja indústria é menos desenvolvida (por exemplo, o proletariado latente na Alemanha cujo aparecimento é provocado pela concorrência da indústria inglesa).

Essa contradição entre as forças produtivas e o modo de trocas que, como vimos, já se produziu várias vezes na história até nossos dias, sem todavia comprometer sua base fundamental, teve, a cada vez, de provocar a eclosão de uma revolução, tomando ao mesmo tempo diversas formas acessórias, tais como totalidade dos conflitos, choques de diferentes classes, contradições da consciência, luta ideológica etc., luta política etc. De um ponto de vista limitado, pode-se logo abstrair uma dessas formas acessórias e considerá-la a base dessas revoluções, o que era tanto mais fácil quanto mais próprios os indivíduos de onde partiam as revoluções criavam ilusões sobre sua própria atividade, segundo seu grau de cultura e seu estágio de desenvolvimento histórico.

A transformação das forças pessoais (relações) em forças materiais causada pela divisão do trabalho não pode ser abolida pelo fator de se extirpar do cérebro essa representação geral, mas sim unicamente se os indivíduos subjugarem de novo essas forças materiais e abolirem a divisão do trabalho<sup>8</sup>. Isso não é possível sem a comunidade. É somente na comunidade [com outros que cada] indivíduo possui os meios de desenvolver suas faculdades em todos os sentidos; é somente na comunidade que a liberdade pessoal é possível. Nos sucedâneos de comunidades que até agora existiram, no Estado etc., a liberdade pessoal só existia para os indivíduos que se tinham desenvolvido nas condições da classe dominante e só na medida em que eram indivíduos dessa classe. A comunidade aparente, que os indivíduos tinham até então constituído, tomou sempre uma existência independente em relação a eles e, ao mesmo tempo, pelo fato de representar a união de uma classe em face

de outra, ela representava não somente uma comunidade completamente ilusória para a classe dominada, mas também uma nova cadeia. Na comunidade real, os indivíduos adquirem sua liberdade simultaneamente com sua associação, graças a essa associação e nela.

Evidencia-se de todo o desenvolvimento histórico até os nossos dias que as relações comunitárias em que entram os indivíduos de uma classe, e que eram sempre condicionadas por seus interesses comuns em face de terceiros, consistiam sempre em uma comunidade que englobava esses indivíduos unicamente enquanto indivíduos médios, na medida em que eles viviam nas condições de existência da sua classe; eram portanto, em suma, relações nas quais eles participavam não enquanto indivíduos, mas sim enquanto membros de uma classe. Por outro lado, na comunidade dos proletários revolucionários que põem sob seu controle todas as suas próprias condições de existência e as de todos os membros da sociedade, ocorre o inverso: os indivíduos nela participam enquanto indivíduos. E (evidentemente desde que a associação dos indivíduos se faça dentro do quadro das forças produtivas que se supõem agora desenvolvidas) é essa reunião que põe sob seu controle as condições do livre desenvolvimento e movimento dos indivíduos, ao passo que elas tinham sido até então entregues ao acaso e tinham adotado uma existência autônoma em face dos indivíduos, precisamente pela sua separação enquanto indivíduos e a sua união necessária, implicada pela divisão do trabalho, mas que se tornou, devido à sua separação enquanto indivíduos, um laço que lhes era estranho. A associação até agora conhecida não era de modo algum a união voluntária (que se apresenta,

por exemplo, no *Contrato Social*<sup>9</sup>), mas uma união necessária, baseada nas condições dentro das quais os indivíduos desfrutavam da contingência (comparar, por exemplo, a formação do Estado na América do Norte e as repúblicas da América do Sul). Esse direito de poder desfrutar com toda a tranquilidade da contingência dentro de certas condições é o que se chamava até agora de liberdade pessoal. – Essas condições de existência são naturalmente apenas as forças produtivas e as formas das trocas de cada período.

Se considerarmos, do ponto de vista *filosófico*, o desenvolvimento dos indivíduos nas condições de existência comum dos estamentos e das classes que se sucedem historicamente e nas representações gerais que lhes são impostas por esse fato, é fácil, na verdade, imaginar que o gênero ou o homem se desenvolveram nesses indivíduos ou que eles desenvolveram o homem; visão imaginária que inflige duros golpes à história<sup>10</sup>. Podem-se então compreender essas diferentes ordens e diferentes classes como sendo especificações da expressão geral, como subdivisões do gênero, como fases de desenvolvimento do homem.

Essa subsunção dos indivíduos por determinadas classes não pode ser abolida enquanto não se tiver formado uma classe que não tenha mais que fazer prevalecer um interesse de classe particular contra a classe dominante.

Os indivíduos sempre partiram de si mesmos, naturalmente não do indivíduo “puro”, no sentido dos ideólogos, mas sim deles mesmos, dentro de suas condições e de suas relações históricas. Mas fica evidente no curso do desenvolvimento histórico, e precisamente em virtu-

de da independência adquirida pelas relações sociais, fruto inevitável da divisão do trabalho, que há uma diferença entre a vida de cada indivíduo, na medida em que ela é pessoal, e a sua vida na medida em que é subsumida por um ramo qualquer do trabalho e às condições inerentes a esse ramo. (Não se deve entender por isso que o rentista ou o capitalista, por exemplo, deixam de ser pessoas; mas sua personalidade é condicionada por relações de classe inteiramente determinadas e essa diferença só aparece em oposição a uma outra classe; e a eles próprios só aparece no dia em que abrem falência.) No estamento (e mais ainda na tribo), esse fato ainda permanece encoberto; por exemplo, um nobre permanece sempre um nobre, um *roturier* permanece sempre *roturier*<sup>11</sup>, sem considerar as suas outras relações; é uma qualidade inseparável da sua individualidade. A diferença entre o indivíduo pessoal diante do indivíduo na sua qualidade de membro de uma classe e a contingência das condições de existência para o indivíduo só aparecem com a classe que é, ela própria, um produto da burguesia. É somente a concorrência e a luta entre os indivíduos que engendram e desenvolvem essa contingência como tal. Por conseguinte, na representação, os indivíduos são mais livres sob o domínio da burguesia do que antes, porque suas condições de existência lhes são contingentes; na realidade, eles são naturalmente menos livres sob o domínio da burguesia do que antes, porque estão muito mais subsumidos por um poder objetivo. A diferença com respeito à ordem aparece sobretudo na oposição entre burguesia e proletariado. Quando a ordem dos burgueses das cidades, as corporações etc. surgiram diante da nobreza fundiária, suas condições de existência, pro-

priedade mobiliária e trabalho artesanal, que já tinham existido de forma latente antes de se separar da associação feudal, apareceram como algo positivo, que se fez valer contra a propriedade fundiária e que, de início, tomou então, a seu modo, a forma feudal. Sem dúvida os servos fugitivos consideravam seu estado de servidão anterior como algo contingente à sua personalidade: nisso, eles agiam simplesmente como o faz toda classe que se liberta de uma cadeia e, então, eles não se libertavam enquanto classe, mas sim isoladamente. Além disso, não saíram do domínio do sistema de estamentos, mas formaram somente um novo estamento e conservaram seu modo de trabalho anterior em sua nova situação e elaboraram esse modo de trabalho libertando-o dos vínculos do passado que já não correspondiam ao grau de desenvolvimento que ele havia atingido<sup>12</sup>.

Entre os proletários, ao contrário, suas próprias condições de vida, o trabalho e, por isso, todas as condições de existência da sociedade atual tornaram-se para eles algo contingente, sobre o que os proletários isolados não tinham nenhum controle, e sobre o que nenhuma organização *social* pode dar-lhes o controle. A contradição entre a personalidade do proletário em particular, e as condições de vida que lhe são impostas, isto é, o trabalho, aparece-lhe com evidência, sobretudo porque ele já foi sacrificado desde a sua primeira juventude e não terá jamais a oportunidade de chegar, no âmbito de sua classe, às condições que o fariam passar para uma outra classe. Portanto, enquanto os servos fugitivos só queriam desenvolver livremente suas condições de existência já estabelecidas e fazê-las valer, mas só chegavam em última instância ao trabalho livre, os proletários, se quise-

rem afirmar-se enquanto pessoa, devem abolir sua própria condição de existência anterior, que é, ao mesmo tempo, a de toda a sociedade até hoje, quer dizer, abolir o trabalho<sup>13</sup>. Eles se colocam com isso em oposição direta à forma pela qual os indivíduos da sociedade até agora escolheram como expressão de conjunto, isto é, em oposição ao Estado, sendo-lhes preciso derrubar esse Estado para realizarem sua personalidade.